

# PARECER JURÍDICO N.º 57/2024

**ÓRGÃO SOLICITANTE:** Câmara Municipal de Aliança do Tocantins – TO. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (14 LONGARINAS COM TRÊS ASSENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS -TO., CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS.

#### INTROITO

ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO, TENDO SUPORTE JURÍDICO OS TEORES DO ART. 75, INCISO II, COMBINADO COM O INCISO IV ALÍNEA "A" DA LEI Nº 14.133/2021. ANÁLISE JURÍDICA. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (14 LONGARINAS COM TRÊS ASSENTOS).

## I. DA CONSULTA

Trata-se de pedido de parecer jurídico quanto às formalidades de dispensa de licitação para prestação de serviços de engenharia para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (14 LONGARINAS COM TRÊS ASSENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS -TO., CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS.





Aponto o recebimento dos autos da Dispensa de Licitação, Nº 012/2024, Processo Administrativo N.º 158/2024, para fins do disposto no art. 75, inc. II c/c inc. IV alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Assim sendo, a avaliação feita é opinativa, sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não tais ponderações. O prosseguimento do feito sem observância dos apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração Pública.

É o sucinto relatório, passo a opinar.

## II. DA ANÁLISE DOCUMENTAL DA EMPRESA

Destaca-se inicialmente que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais dos documentos apresentados até o momento junto aos Autos.

Assim sendo, para deflagração do processo administrativo bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos, vale destacar que a análise será restrita aos pontos jurídicos dos Autos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

No bojo da atual Legislação que regula a dispensa de Licitação para atos desta natureza e que não venha ferir os teores do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 14.133/2021, deve o administrador observar os parâmetros norteadores do ato, sempre valorando o bem público e o interesse do ente, sempre seguindo aquilo que seja mais vantajosa ao interesse da administração, sem menosprezar o princípio da impessoalidade e os demais princípios que regulam a participação dos fornecedores conforme determina os princípios da Administração Pública.



Aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como a economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade.

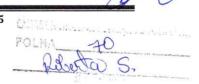
Resta evidente, desta maneira, que o objeto de interesse desta solicitação não configura qualquer irregularidade uma vez que seja obedecida a Legislação em vigor no que se refere a dispensa de licitação, conforme legislação transcrita acima e seus anexos.

#### III. DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, esta assessoria jurídica conclui que quanto aos aspectos jurídico-formais dos documentos apresentados até então, não há óbice legal no tocante ao devido andamento do processo, documentos de empresa especializada para a ser contratada para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (14 LONGARINAS COM TRÊS ASSENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS -TO., CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS, desde que seja feito em consonância com a legislação disciplinadora da matéria.

Em suma, recomendo que necessariamente sejam cumpridas todas as exigências básicas da Lei nº. 14.133/2021, a qual rege a consulta submetida.

Ressalta-se que qualquer ato realizado indevidamente, e se somente se houver dolo, fraude ou erro grosseiro, resulta em responsabilização solidária pelo dano causado ao erário tanto da parte a ser contratada quanto do agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, nos termos do art. 73 da Lei de Licitações nº 14.133/2021.





Desta forma, considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades documentais que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do feito em seus ulteriores atos.

É o parecer, salvo o melhor juízo.

Aliança do Tocantins, 10 de dezembro de 2024.

ANECIR VASCONCELOS
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Anecir Vasconcelos Garcia
OAB/TO 005698